

## DESESPERO OU OPORTUNISMO?

Infelizmente, é com adjetivos desta classe que devemos classificar a atitude da atual Diretoria da ASMIP, principalmente pela caricata figura de seu presidente.

**Lançar no dia 29/11/2010, um boletim com informações, inclusive algumas antecipadas que só ocorreriam no dia 02/12/2010 (será que houve consulta a mãe Dinah?), seria constrangedor, baixo e eleitoreiro se não fosse aproveitador.**

O boletim, desde a sua apresentação, traz dificuldades técnicas (ortográfica e gramaticalmente falando) e grotescas que suscitam dúvidas não só nos associados, mas em toda a classe de servidores do Ministério Público.

Podemos começar com o óbvio: Por que só depois de 3 anos e 9 meses de administração a atual e esfacelada diretoria da ASMIP resolve apresentar um Boletim (ano: 01, Volume 1) ? Não deu para fazer antes? Não havia notícias?

Entretanto, estes obstáculos formais parecem só preparar o leitor para o que vem no conteúdo. Bem no início, já no texto do editorial, nos chocamos com as "grandiosas" ações da ASMIP: Pagar dívidas, realizar problemático contrato (quem não se lembra da lambança da VIVO) e assinar contrato com uma Administradora de Convênios. Isso já seria muito, concordemos, para quase 4 anos de administração. Mesmo assim, o Presidente fez questão de comprar balinha e bolacha para deixar na sala da ASMIP. Isso seria patético se não estivéssemos tratando do dinheiro que é descontado mensalmente dos associados.

Estas ações, no aspecto social da ASMIP, porém, são quase uma gota d'água quando comparadas ao mar de conquistas obtidas na "incrível reunião" onde o PGJ após reunir-se com seus sub's chamou o seu motorista, que, coincidentemente é o Presidente da Associação.

Vamos elencar, por espaço, apenas 3 delas, traçando uns míseros comentários sobre cada uma.

1- Tempo integral isonômico: Inconstitucionalidade e ilegalidade apresentada pelo sindicato através do ofício nº 008/2010 – de 24 de Fevereiro de 2010 –; apresentada por diversos servidores durante a vinda do CNMP ao Pará que já pressionava a administração do porquê do pagamento diferenciado; e suscitada, por diversas vezes, pelo representante do SISEMPPA, no comitê de Trabalho, culminando, inclusive, pelo reconhecimento da ilegalidade pelo próprio comitê (O sindicato dispõe de cópia das atas para comprovar). Uma das primeiras ações do Sindicato dos Servidores do Ministério Público foi justamente atacar as desigualdades existentes entre os servidores dentro do órgão, apresentando impactos em folha e projeções, tudo devidamente calculado e fundamentado em lei e na Constituição Federal. Então, achar possível que uma milagrosa conta feita em milésimos de segundos pela geniosa cabeça do Presidente da ASMIP conseguiu demonstrar que não haveria "impacto no orçamento" (ou alguém teve acesso a uma planilha da Associação demonstrando este impacto?), é o mesmo que achar que Papai Noel participou também da reunião.

2- Quanto ao 1/20 avos: Ilegalidade patente de

desrespeito ao art. 121, §1º do Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Pará. Esta questão, uma das principais bandeiras do SISEMPPA, foi um pleito que desde a criação do sindicato manteve a atenção total da Diretoria. Fizemos diversas reuniões, estabelecemos parâmetros de cálculos, insistimos na sua aplicação quando dos debates do Comitê de Trabalho, vários servidores formalizaram denúncias no CNMP (processo nº 0.00.000.001457/2010-11), ingressamos com um Mandado de Segurança, o que culminou no famigerado projeto de lei que tramita atualmente na Assembleia Legislativa, tendo como relator, o Deputado Estadual Martinho Carmona. Diferente do que pensa o atual presidente da ASMIP, não basta que o projeto que tramita na ALEPA seja aprovado. Conforme deixamos claro em nosso Boletim Informativo (que é periódico), diversos problemas, inclusive inconstitucionais, impedem sua aprovação. Do jeito que se encontra redigido, o projeto iria ser aplicado a uma pequena minoria dos servidores, pois traz o errado raciocínio de impor aumento apenas nas remunerações que não atinjam os R\$ 1.205,00. Por isso, não basta torcer para que seja aprovado. Temos que trabalhar para alterar o texto para que este cumpra a determinação legal de aplicação do piso salarial de 1/20 avos em cima do vencimento e não da remuneração. Ai sim, depois disso, temos que lutar para conseguir a aprovação.

3- Desconto indevido do FUNPREV: (problema detectado e informado pelo SISEMPPA à Administração Superior através de nosso ofício nº 047/2009 e reiterado através do ofício nº 25/2010, de 19 de Setembro de 2010). Tal assunto tem sido, reiteradas vezes, cobrado pela Presidente do Sindicato, estando o pedido, segundo a Chefe de Gabinete da PGJ, atualmente no TCE. Apesar do Presidente da ASMIP nem saber onde e em quanto são devidos os descontos, aproveitamos das palavras do seu Boletim (filho único) que realmente pende de parecer do TCE.



Como nosso pedido foi amplamente fundamentado principalmente em parecer do próprio TCE e do STF, acreditamos que o resultado de nosso pedido será positivo ao servidor, devendo serem devolvidos aos servidores os indevidos descontos sobre o 13º dos anos de 2009 e 2010 (devolução parecida com a que, todos lembram, já ocorreu em oportunidade anterior), sem a necessidade do carinho do PGJ para a questão.

O servidor consciente não cai em balelas. O servidor que raciocina sabe que todos estes pontos são direitos expressos e estabelecidos em lei. O que ocorria é que o Ministério Público não os reconhecia. O Sindicato teve que ingressar administrativamente e até juridicamente para que tais direitos fossem aplicados. Nenhum deles são discricionariedades passíveis de solução através de conversinhas. Mas tudo bem, o importante é que a Administração reconheceu a luta do SISEMPPA, concedendo aos servidores parte dos seus direitos.

Agora o que é muito mais constrangedor e totalmente inexplicado de tudo isso é que se era tão fácil falar com autoridades e fazer “verdadeiras interações”, sendo o diálogo o melhor caminho, por que o Presidente da ASMIP aguardou tanto tempo para fazer isso? Por que ficar tanto tempo na sombra? Por que ficar tanto tempo calado? Todos os direitos dos servidores comprovadamente exigidos pelo Sindicato por meio de manifestações no Comitê de Trabalho, da defesa destes diante do Colégio de Procuradores, dos ofícios e boletins, todos estes direitos não são importantes o suficiente para serem ponto de qualquer pauta ou momento para falar? Será que simplesmente ser utilizado como porta-voz da Administração Superior que sucumbiu diante das robustas e concretas investidas jurídico-legais do SISEMPPA guarda alguma dignidade para o Presidente daquela que deveria ser a

Associação que defende o interesse dos servidores (inciso II do art. 1º do Estatuto da ASMIP)?

Estas respostas não cabem ao SISEMPPA, que luta incessantemente, 24 horas por dia, 30 dias por mês e 12 meses por ano, pelo reconhecimento dos direitos dos servidores deste órgão, não servindo nunca para a consagração de interesses particulares de uns poucos, ou funcionando somente em final de mandatos. Estas respostas serão dadas pelo eleitor compromissado com o futuro da ASMIP e dos próprios servidores do MP, que no dia 15/12 farão valer a consciência e a inteligência na hora de depositar na urna muito mais do que só o seu voto, que irão depositar na urna a esperança de uma Associação que seja independente, democrática e que cumpra seus objetivos estatutários.

Quanto à prestação de contas, teríamos mais de uma Kombi de questionamentos a fazer, porém, não cabe ao Sindicato discutir este assunto. Basta-nos apresentar nosso exemplo, com nossa preocupação em exibir notas fiscais e recibos, informar todas as receitas e todas as despesas do SISEMPPA e não alguns números.

Aproveitamos este boletim para informar aos interessados o verdadeiro significado de uma palavra que foi muito mal empregada em todo o boletim da ASMIP (o que faz merecer esta crítica). DEMOCRACIA é participação popular, participação de todos nas discussões e nos resultados. Puxa-saquismo não faz parte deste conceito. Assembleia Geral e reunião com diretores e interessados são expressões máximas deste conceito. Para uma Associação que não fez nenhuma, nenhuma reuniãozinha sequer com seus associados durante os 4 anos de mandato para discutir qualquer dos direitos dos servidores, convenhamos, é muita incoerência fazer uso de palavra tão importante.

## **SISEMPPA AVANÇA NA INTERIORIZAÇÃO**

O SISEMPPA vive um tempo de grande expansão de sua representatividade, fruto de um trabalho organizado visando a mobilização da categoria em todo o Estado e o fortalecimento da entidade sindical. Em decisão recente, a Diretoria Colegiada criou seis Frentes de Trabalho (1 – Ações Judiciais; 2 – CNMP; 3 – Interiorização; 4 – Mobilização; 5 – Negociação; e 6 – Divulgação). Com a frente de Interiorização, coordenada pelo Diretor Roberto Cavalleiro, e o apoio dos Diretores Tiago Lacerda e Wellington Pedroso, o sindicato conseguiu eleger, somente na última semana, Delegados Sindicais em Capanema e Abaetetuba, além de estar quase certa a escolha de um representante em Ananindeua.

Com esse trabalho o sindicato já contará, até o início do recesso 2010/2011, com sete Delegados Sindicais, uma vez que o SISEMPPA já tinha conseguido avanço de sua representativa em Santatém e Marabá.

Esse trabalho da Frente de Interiorização do SISEMPPA demonstra o compromisso que a Diretoria Colegiada tem na democratização das decisões do sindicato, disponibilizando aos servidores da Capital, da região metropolitana e do interior do Estado a oportunidade de participação no constante processo de definição das demandas que a entidade deve reivindicar à Administração Superior, além da ampliação do poder de defesa do sindicato sobre as condições mínimas de trabalho no MPE.

Outro fator importante desse processo é a ampliação da representatividade e do poder de mobilização da categoria, uma vez que as responsabilidades sobre as medidas a serem tomadas para cada reivindicação passam a ser efetivamente compartilhadas, demonstrando o crescente grau de amadurecimento dos servidores no processo de luta por seus direitos.

Em 2011, o SISEMPPA tem a meta de concluir a eleição de servidores Delegados Sindicais em todos os pólos e de discutir a melhoria na estrutura de troca de informação entre a Diretoria Colegiada, Delegados Sindicais e servidores.

**PARABÉNS SERVIDOR DO INTERIOR! VOCÊ É A FORÇA DA NOSSA MOBILIZAÇÃO.**

## **SISEMPPA REPRESENTADO NACIONALMENTE**

No último dia 10, em reunião histórica, realizada no auditório do anexo I da sede do MPE, o SISEMPPA assinou sua filiação à Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE.

No ato de filiação esteve presente a Presidente Luiza Coimbra, o Secretário Geral Wellington Pedroso, o Diretor Financeiro Laudival Marinho, representando o SISEMPPA, o Presidente da FENASEMPE Marcos Kersting e servidores que compareceram ao evento.

Com a adesão, as entidades estabeleceram metas de cooperação com a intenção de ampliar o poder de mobilização da categoria, tendo o SISEMPPA maior estrutura de atuação frente ao CNMP e a FENASEMPE fortalecendo sua atuação diante da adesão de mais um Estado Brasileiro.

A FENASEMPE garantiu ao SISEMPPA um espaço em seu jornal de circulação nacional além de conceder um SITE para que o sindicato possa divulgar suas notícias e informar o servidor do que acontece no âmbito da Administração Superior além de outros assuntos de interesse geral.

**SERVIDOR, O SISEMPPA ESTÁ CADA VEZ MAIS FORTE. VENHA FAZER PARTE DA LUTA POR SEUS DIREITOS. FILIE-SE.**

# SISEMPPA É ASSUNTO NO COLÉGIO DE PROCURADORES

**SERVIDOR TERÁ AUMENTO DE R\$ 70 NO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO,  
ALÉM DE RETROATIVO ATÉ JANEIRO 2010.**

A Sessão do Colégio, realizada no último dia 10, foi pautada por intensos debates sobre o reconhecimento do SISEMPPA em suas ações representativas dos servidores, além de decidir sobre três importantes temas para os servidores.

O primeiro assunto de pauta de interesse do Sindicato foi a reivindicação sobre a participação efetiva do SISEMPPA nas Sessões do CPJ nos assuntos relacionados aos servidores, quando previstos na respectiva pauta. O que pretende a entidade sindical é que se faça cumprir o artigo 175 c/c art. 176 do RJU, que diz:

**Art. 175 - É garantido ao servidor público civil do Estado do Pará o direito à livre associação, como também, entre outros, os seguintes direitos, dela decorrentes:**

**a) de ser representado pelos sindicatos, na forma da legislação processual civil;**

**b) de inamovibilidade dos dirigentes dos sindicatos até 1 (um) ano após o final do mandato;**

**c) de descontar em folha, mediante autorização do servidor, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em Assembléia Geral da categoria.**

**Art. 176 - É assegurada a participação permanente do servidor nos colegiados dos órgãos do Estado do Pará em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.**

Tal pedido teve o propósito de evitar o constrangimento que passou nossa Presidente na Sessão CPJ do mês passado, quando, ao pedir a palavra para explicar aos membros sobre as mazelas de se referendar o anteprojeto de lei encaminhado pelo PGJ à ALEPA que tratava do cumprimento do artigo 121 do RJU (1/20 de vencimento), uma vez que aquele anteprojeto utiliza o termo “remuneração” e não o correto que deveria ser “vencimento”, trazendo um enorme prejuízo aos bolsos dos servidores que recebem abaixo do valor de R\$ 1.205 (1/20 sobre os subsídios de um Procurador de Justiça).

Nos debates sobre o pedido, tivemos algumas confirmações do que há tempos o SISEMPPA vêm alertando os servidores: o de que não teremos PCCR até o fim da gestão do atual PGJ (palavras do próprio Dr. Geraldo Rocha), resultando num imenso prejuízo aos servidores, que amargam 42% de perdas reais referente aos vencimentos desde a criação dos cargos no MPE (1994), da definição dos cargos e suas atribuições em conformidade com a realidade do século XXI, do pagamento de gratificações de risco de vida aos oficiais (reconhecido pelo próprio PGJ, mas não efetivado até o momento), de regulamentação da nossa carreira, de reconhecimento de vencimentos dos servidores do MPE no teto dos servidores do TJE (aplicando entendimento do STF promotores e juízes têm o mesmo subsídio), além de inúmeras demandas apuradas no Relatório do PCCR e pelo Sindicato em conjunto com os servidores.

Sobre o PCCR, parece que a Administração Superior pretendeu responsabilizar os integrantes da Comissão do PCCR por serem “incapazes” de poder elaborar um Plano de Cargos e Remuneração aos servidores, o que nos indigna, pois é exatamente o contrário. Para o SISEMPPA, as Comissões do PCCR e de Reestruturação elaboraram um rico material dando quase pronta uma proposta de PCCR ao PGJ, tendo sido solicitado apenas que o Órgão disponibilizasse uma consultoria para fase de elaboração da proposta de anteprojeto que contemplasse todos os pontos apresentados nos Relatórios e anexos. Não reconhecer a riqueza dos produtos apresentados por essas comissões é ignorar o imenso trabalho, profissionalismo e dedicação que os integrantes delas ofertaram ao MPE. O trabalho apresentado além de suficiente para subsidiar uma proposta de Anteprojeto de Lei, pode ser considerado histórico no *Parquet* paraense, uma vez que nunca se alcançou esse nível de discussão e resultado.

O SISEMPPA entende que não é necessário a contratação de uma consultoria com a FGV, uma vez que o material sobre o PCCR e sobre a reestruturação do Órgão está quase pronto, podendo o PGJ utilizar sua Assessoria Jurídica ou efetuar a contratação, inclusive, de empresas paraenses, que interdisciplinam as áreas Jurídicas, Administrativas e Contábeis.

Sobre o segundo ponto da pauta da referida Sessão do CPJ que diz respeito ao aumento do auxílio-alimentação, após um exemplar discurso dos Procuradores de Justiça Doutores Francisco Barbosa e Manoel Santino, ambos ex-PGJs, enaltecendo o Estado Democrático de Direito e estabelecendo o discurso de se estabelecer um novo tempo de conversação (atitude louvável, entende o sindicato), ficou aprovado o aumento do auxílio alimentação para R\$ 600, com melhoria de R\$ 70 no mesmo a partir de 2011, com retroativo a Janeiro/2010 como forma de compensar as perdas reais causadas pelo aumento crescente dos preços dos alimentos em 2010. Atitudes como estas tem o total louvor do Sindicato, pois é o reconhecimento de que o servidor está em situação salarial complicada precisando de melhorias salariais urgentes e que a Administração Superior possa contribuir na sua melhoria da qualidade de vida.

Quanto ao terceiro ponto relativo ao SISEMPPA (pedido de desagravo suscitado pelo Dr. Ricardo Albuquerque), foi reconhecido por este membro do CPJ que houve excessos quanto ao cerceamento no direito de fala pela Presidente do Sindicato e pelo advogado do SISEMPPA, tendo o mesmo pedido “humildemente, desculpas a Presidente Luiza Coimbra pela forma ríspida com se dirigiu a ela”. Disse ainda que pretendia com esta atitude “selar a paz entre ambos”. A Diretoria Colegiada, que esteve presente, entendeu a atitude do Dr. Ricardo Albuquerque como um gesto nobre de reconhecimento da nossa atuação em defesa dos direitos dos servidores, e ainda que se há a interpretação que houve qualquer excesso também por parte do SISEMPPA, desde já o sindicato também externa suas humildes desculpas, esclarecendo que sempre quisemos a paz e o diálogo aberto e franco, e que estamos a disposição para tal.

**SERVIDOR, o SISEMPPA tem o compromisso com a luta por seus direitos.  
Fortaleça o sindicato. Filie-se.**

## PROMOÇÕES POR MERECEMENTO ATRASADAS TÊM O FECHAMENTO NESTE MÊS

Após uma árdua luta do sindicato, os servidores que estavam com suas promoções por merecimento pendentes de avaliação (atrasadas mais de um ano) podem comemorar neste fim de ano. A Comissão responsável, da qual o SISEMPPA tem um representante, trabalhou de forma comprometida e incansável, tendo finalizado a avaliação na última sexta (10) dos mais de 280 servidores que pleiteavam ansiosos a referida promoção, aguardando o fechamento do relatório até o dia 15/12/10 para oportunizar a atualização da ficha funcional dos servidores que precisarem.

A expectativa é a de que o valor retroativo seja integralmente pago ainda na folha de dezembro, uma vez que foi esse o compromisso da Administração Superior.

**Servidor, o SISEMPPA luta por você.**

# QUER SE DEFENDER DO ASSÉDIO MORAL? DIGA NÃO!

Em 2011, o SISEMPPA irá fazer ampla divulgação sobre o Assédio Moral disponibilizando aos servidores do MP diversas informações sobre o tema, posto que este mal pode se materializar sob a forma de uma silenciosa doença, com sintomas ocultos, que podem trazer consequências irreparáveis não só para o próprio servidor, como para sua família e até próprio MP.

O sindicato tem identificado que esse mal ainda é patente dentro do Ministério Público Estadual, sendo vítimas os servidores e o próprio SISEMPPA. Como é dever da entidade sindical (dever este estatutário) a defesa do servidor, cumpra-nos dar conhecimento a todos os servidores sobre como reconhecer e se defender dessa malévola prática laboral.

Inaugurando, desde já, a discussão, podemos antecipar que o superior hierárquico no MPE não é nosso empregador, ou patrão. Somos pagos pelos pesados tributos que todos os cidadãos arcam, sendo nosso patrão o povo paraense.

Ao superior hierárquico cabe-nos o respeito e o tratamento com honradez, todavia sem excesso, posto que, qualquer ultrapassagem de limites laborais, traz para o assediador consequências sérias, ao ponto de ser responsabilizado juridicamente por sua conduta vil.

Nesta honrada missão que o SISEMPPA avoca para 2011 de apresentar o Assédio Moral, identificá-lo, e combatê-lo, é imprescindível a participação do servidor. Pois só você, servidor é que pode nos ajudar a definitivamente acabar com este mal que ainda percorre os corredores de nossa Instituição. Verifique se na sua unidade de trabalho há alguém cometendo ou sendo vítima desta praga e denuncie. Só assim iremos extinguir o ASSÉDIO MORAL.

Veja abaixo o significado e algumas das consequências do Assédio Moral:

## O QUE É ASSÉDIO MORAL?

É toda conduta abusiva manifestada através de qualquer forma de comunicação (palavra, gestos, escritos, etc.) que possam trazer danos à personalidade, à dignidade, ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, além de colocar em risco o emprego e degradar o ambiente de trabalho.



## CONSEQUÊNCIAS QUE AFETAM A SAÚDE DO SERVIDOR VÍTIMA DE ASSÉDIO MORAL?

Emagrecimento ou aumento exagerado de peso;  
Distúrbios digestivos;  
Palpitações, dores no peito, pressão alta, tremores;  
Aumento no consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas;  
Estresse;  
Depressão, medo acentuado, tristeza, perda da auto-estima;  
Irritação constante, falta de confiança em si mesmo, cansaço exagerado;  
Dificuldades para dormir, pensamentos suicidas;  
Mudança de personalidade, passando a praticar violência na família;  
Falta de esperança no futuro, que significa perder a razão de viver.

## FELIZ NATAL E BOAS FESTAS

O ano de 2010 se finda. Ainda restaram alguns sonhos não realizados e projetos inacabados. Mas, pelo muito que você, Servidor do MPE, representa para nós, queremos neste momento dedicar os melhores votos de um Natal repleto de Felicidades, de Amor e Paz.

Que a nossa relação se estreite a cada momento que passa porque a sua companhia é de extrema importância para a concretização de nossas lutas.

Que tenhamos o discernimento de que estamos fazendo aquilo que é correto para nós e nossos semelhantes.

O SISEMPPA acredita que lutando contra a opressão, exerceremos a paciência. Que desfazendo mentiras, seguiremos um caminho mais seguro e que se renegarmos o orgulho, conseguiremos Justiça.

Que o ano de 2011 seja de muitas transformações e realizações para todos!

